

18 anos



Município[®]

Relatório e Contas 2017



Handwritten signature and initials "BS" in blue ink.

ÍNDICE

	pág.
1 - ÓRGÃOS SOCIAIS	2
2 - RELATÓRIO DE GESTÃO	3
Mensagem do Diretor Geral	
Atividade Desenvolvida	
Investimentos	
Política da Qualidade	
Certificações Técnicas	
Recursos Humanos	
Evolução Económico-Financeira	
Proposta de aplicação de resultados	
3 - CONTAS DO EXERCÍCIO	59
Balanço	
Demonstração de Resultados por Naturezas	
Demonstração de Resultados por Funções	
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	
Demonstração de Fluxos de Caixa	
4 - ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	67
5 - RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO E CLC	82

Alf 35

1 - ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos

Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Fernando do Nascimento Trigo Rep. CM Oeiras

Presidente

Dr. João Pedro Brito da Silva Rep. CMVN Gaia

Administrador

FISCAL ÚNICO

Dr. Joaquim dos Santos Silva

Membro Efetivo

em rep. da Diz & Associados, SROC, Lda

SROC nº 118

AR 35

RELATÓRIO DE GESTÃO



Mensagem do Diretor Geral
Atividade Desenvolvida
Política da Qualidade
Certificações Técnicas
Investimentos
Recursos Humanos
Evolução Económico-Financeira
Proposta de Aplicação de Resultados

2 - RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete-se à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respetivo Anexo, referentes ao exercício de 2017.

2.1. MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

O exercício económico de 2017, revelou-se generoso em trabalho, registando o segundo maior volume de negócios da história da empresa com 3.523.858 euros (o maior registo foi há 10 anos com 3.709.315 euros).

Para este volume de negócios, concorreu o projeto de cadastro de Cabo Verde, relativo ao contrato "Systematic Land Rights and Boundaries Clarification and Regularization in the Republic of Cabo Verde – Islands of São Vicente", concluído em 2017, com o valor global de 2.605.450 USD.

A nível nacional, o destaque vai para os serviços de desenvolvimento aplicacional, estrategicamente orientados para programação em *open source* e projetos relacionados com a elaboração do Plano de Gestão dos Riscos de Inundações da Região Autónoma da Madeira, bem como o início do Estudo para a Tipificação de Mecanismos de Resposta às Cheias na Lezíria do Tejo.

As parcerias formadas recentemente em novos negócios, permitiram desenvolver novos mercados onde se destaca a monitorização do tráfego em tempo real, uma preciosa ajuda na tomada de decisão dos Municípios. Com estas novas parcerias e com as já existentes, como a gestão de frotas, foi possível incrementar a faturação nesta área.

Também foi um ano de investimento, quer na renovação de equipamento obsoleto, quer na substituição dos motores da aeronave, que estão a ocorrer neste momento.

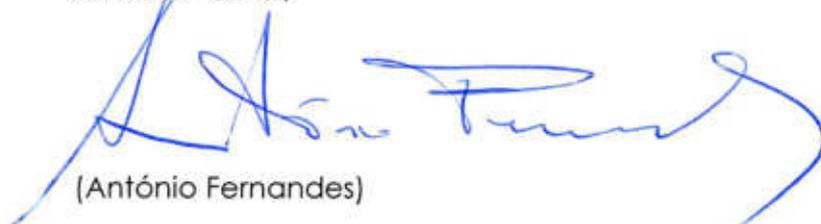
Na área das infraestruturas (águas, saneamento, energia e comunicações) continuamos a investir em equipamento e em recursos humanos com formação adequada.

Esta área, nos próximos anos terá uma importante relevância na faturação e será bastante útil às entidades públicas gestoras das infraestruturas, já que com o cadastro das infraestruturas atualizado, os Municípios ficam habilitados a melhor gerir os contratos com os operadores que atravessam e utilizam o seu território.

Os projetos desenvolvidos em 2017, vêm comprovar a vocação natural da Município para gerir grandes projetos, tendo inclusive permitido que a empresa tenha investido na substituição do equipamento obsoleto e sobretudo contribuíram para que os resultados fossem positivos pelo quarto exercício consecutivo.

Oeiras, 10 de janeiro de 2018.

O Diretor Geral,



(António Fernandes)

AR 30

2.2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

DIREÇÃO DE CARTOGRAFIA E CADASTRO

O projeto mais relevante da Direção de Cartografia e Cadastro (DCC) de 2017 continuou a ser o projeto adjudicado em 2016 e que terminou no final de novembro de 2017, "Systematic Land Rights and Boundaries Clarification and Regularization in the Republic of Cape Verde" da Ilha de São Vicente, promovido pelo MCA – CVII, Millennium Challenge Account segundo compacto. A DCC caracterizou 11.020 prédios na área rural da Ilha de São Vicente, tendo superado o expectável (10.000 prédios).



Fotografia tirada na cerimónia de encerramento do projeto que ocorreu no Palácio do Governo na cidade da Praia.

Handwritten signature and initials in blue ink.



Equipa da Municípa em São Vicente



Visita da Equipa de Apoio Técnico

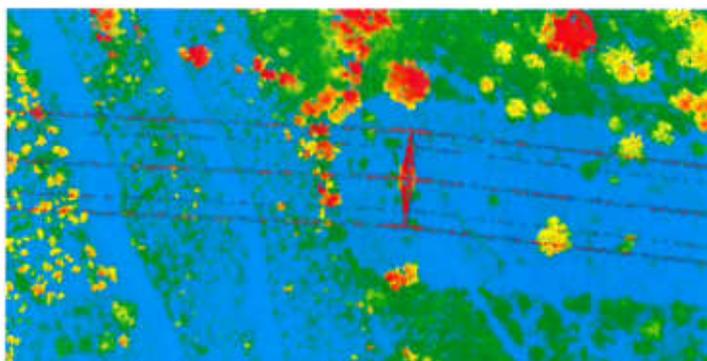


Exemplo de Ação de Divulgação e Sensibilização

Entre os restantes projetos realizados pela DCC, nomeadamente 44 específicos de coberturas aéreas e 22 de produção de cartografia e ortofotomapas, destacam-se os seguintes:

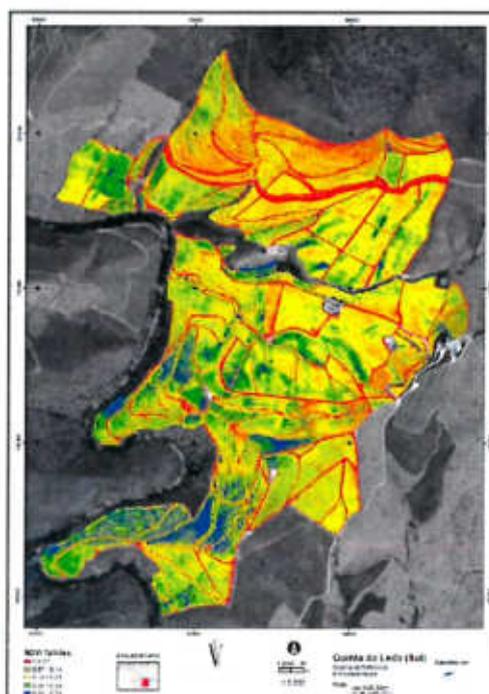
- Um projeto que foi realizado em fevereiro e março através de uma parceria com a empresa internacional Fugro, para um levantamento Lidar realizado através de helicóptero. Este projeto foi adjudicado pela empresa Ecorede, cujo objetivo era executar uma cobertura aérea Lidar com helicóptero para 271 km de linhas de alta tensão para a REN – Rede Elétrica Nacional.

A
R
35



Exemplo de imagem Lidar

- Continuámos a efetuar coberturas aéreas destinadas aos produtores agrícolas (vinha, milho e tomate), realizando-as em conjunto com a Direção de Inteligência Espacial. O objetivo é a produção de cartas NDVI de vigor.



Exemplo mapa de NDVI

h 32

- Outro projeto relevante ocorreu entre fevereiro e outubro e consistiu na produção de cartografia e ortofotomapas à escala 1:5.000 (8.267 hectares) e cartografia à escala 1:1.000 (1.519 hectares) para a modernização da Linha de caminho-de-ferro da Beira Alta (troço Mangualde – Vilar Formoso com uma extensão de 95 km) para a IP – Infraestruturas de Portugal.



Cobertura Aérea

Em 2017 a concorrência na fotografia aérea foi bastante ativa mas conseguimos manter os nossos clientes.

Continuámos a garantir a qualidade, a rapidez e um preço adequado para que a atividade de fotografia aérea se mantenha no mercado e continue a ser reconhecida.

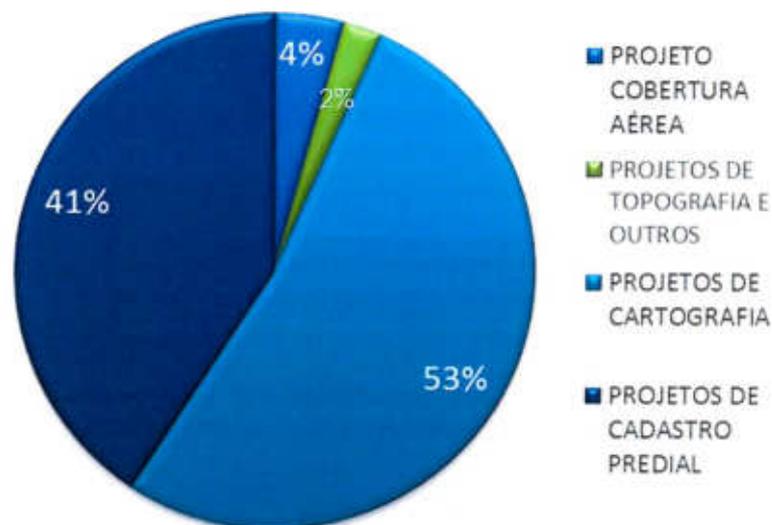
Analisando e comparando o ano 2017 com os dois anos anteriores, verifica-se que houve um crescimento geral da operação de coberturas aéreas, o que se reflete na seguinte tabela:

Ano	2015	2016	2017
Horas de voo	116	216	250
Nº de missões	33	59	70
Nº de imagens adquiridas	10.000	17.682	22.472

Distribuição das horas por tipologia de projeto na DCC

A distribuição das horas em função da tipologia de projetos apresenta-se no seguinte gráfico:

Distribuição de Horas por tipo de Projeto



As horas destinadas a projetos de cadastro têm vindo a aumentar desde que se reiniciou o projeto SINERGIC de cadastro predial de Oliveira do Hospital e Seia.

Prevê-se para o ano de 2018 continuar a trabalhar nas mesmas áreas no mercado nacional e para o mercado internacional trabalhar com maior ênfase em Moçambique, Guiné-Bissau e Brasil com o intuito de continuar com o sucesso alcançado pela DCC nos anos anteriores.

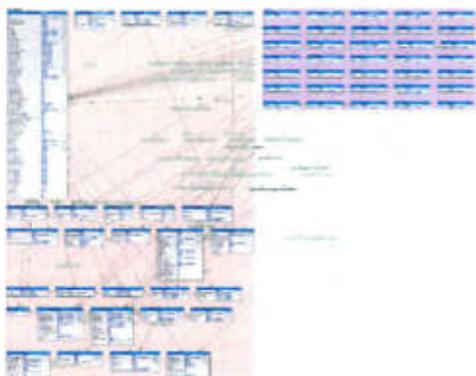
A
32
R

DIREÇÃO DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURAS

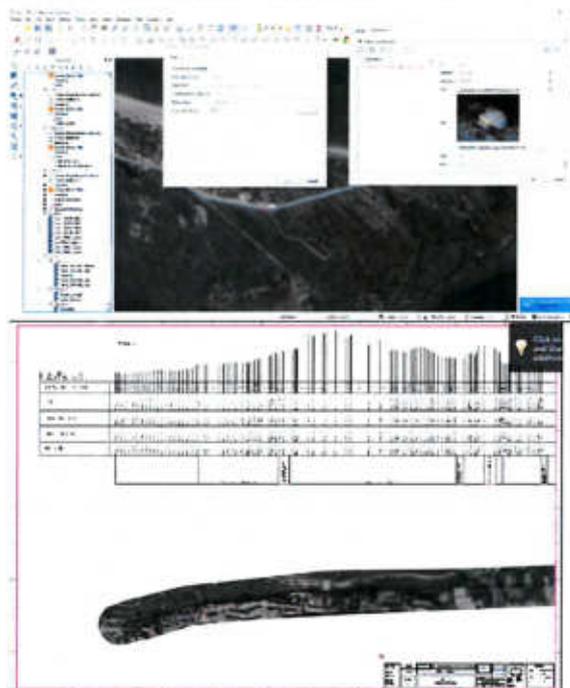
Em 2017 a área de negócio – DEI – Direção de Engenharia e Infraestruturas – que tem como âmbito a prestação de serviços no sector da engenharia e infraestruturas, teve o seu ano de crescimento de recursos com a integração de novos elementos na equipa técnica, apostando essencialmente na formação e desenvolvimento de competências.

Durante o ano de 2017 a DEI desenvolveu um conjunto de projetos diferenciados que passaram pela elaboração de cadastro das redes de água e saneamento para vários municípios, nomeadamente Góis, Vila Nova de Poiares e Grândola; por projetos de estudo de eficiência energética na Iluminação Pública para os Municípios de Odivelas, Rio Maior e Benavente; projetos de Detecção de oleodutos para a Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis; Elaboração de expropriações e servidões para a Simarsul, preparação de bases de dados e integração de dados geográficos relacionados com todas as infraestruturas existentes na APDL.

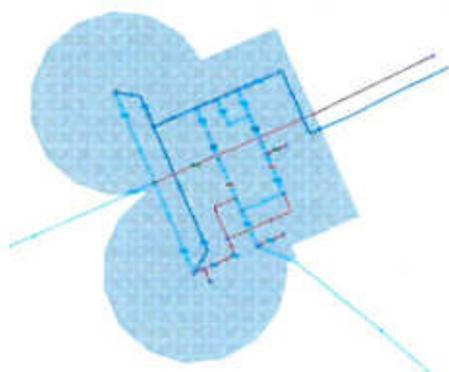
Handwritten signature or initials in blue ink.



Exemplo de Modelo de Dados (Projeto: Metro do Porto)



Exemplo de Informação recolhida e introduzida num SIG e em ambiente CAD, caso de um oleoduto (Projeto: Pipelines da ENMC)



Exemplo de Cadastro de Infraestruturas, caso de um reservatório (Projeto: Vila Nova de Poiares)

Para além destes projetos mais emblemáticos, esta direção teve ao longo de todo o ano a execução de vários projetos de pequena dimensão relacionados com o levantamento topográfico de imóveis e cálculo de áreas para regularização de valor patrimonial, projetos de topografia de acompanhamento de obra, projetos de levantamento de cotas e ligações de drenagem, deteção e georreferenciação de rede de água em jardins públicos, etc. para um conjunto distinto de clientes que vão desde entidades públicas dos setores mais diversos como transportes, energia, a entidades privadas como fundos de gestão imobiliária e pedidos em nome individual.

Um dos projetos mais emblemáticos de 2017 foi o projeto de deteção e georreferenciação de Pipelines pertencentes à Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, E.P.E., (ENMC), para o cliente OMNINSTAL, SA. Este projeto tinha como principal objetivo a deteção, a georreferenciação e a elaboração dos respetivos desenhos dos perfis de Pipelines, assim como o desenvolvimento de uma base de dados geográficos em ambiente SIG para apresentação da informação recolhida. Os trabalhos de deteção e georreferenciação foram realizados entre Almada (Costa da Caparica) e o Montijo, mais concretamente entre o Portinho da Costa e a Base Aérea N.º 6 no Montijo, numa extensão total de 31,249 km. Foram ainda levantados e desenhados 35 órgãos de rede, 70 marcos de incêndio, 4 limites de propriedade e produzidos 84 layouts de impressão. Na metodologia utilizada recorreu-se a tecnologias tão diferenciadas que vão desde o georadar, passando por sondas eletromagnéticas e radiofrequência e respetivos emissores e recetores de sinal, por sistemas GNSS até aos tablets PC de levantamento de campo com *softwares* SIG e CAD.

Outro dos projetos mais emblemáticos foi feito em parceria com a Direção de Informação Espacial para a Metro do Porto, S.A. e consistiu na elaboração de um Sistema de Informação Geográfica e o respetivo tratamento de dados,

cujo objetivo consistiu em obter uma base de dados em ambiente geográfico que possibilitasse, aos técnicos do cliente, obter uma plataforma que permitisse gerir a informação das parcelas inerentes às expropriações já realizadas, bem como suportar os novos processos. O primeiro passo deste projeto envolveu a criação de um modelo de dados que permitisse a criação de uma base de dados que respondesse às necessidades do cliente, no que respeita aos processos de expropriações levados a cabo no passado, no presente e no futuro. Ao mesmo tempo fez-se a digitalização de 1.834 processos analógicos para carregamento dos seus dados na base de dados. Após aprovação do modelo de dados pelo cliente, criou-se a base de dados e desenvolveram-se todas as relações, funções e *triggers* necessários ao correto e eficaz carregamento dos dados. Seguiu-se o carregamento dos dados e posterior controlo de qualidade. A prestação de serviços terminou com quatro dias de formação a quinze técnicos e decisores do cliente. Com esta ferramenta a Metro do Porto tem disponível de uma forma intuitiva toda a sua área de jurisdição em ambiente SIG.

DIREÇÃO DE INTELIGÊNCIA ESPACIAL

A Direção de Inteligência Espacial (DIE) esteve envolvida, durante o ano de 2017, em projetos externos e internos, na sequência das atividades de apoio à infraestrutura tecnológica da Município.

Os projetos internos que visam manter o normal funcionamento da Município e apoiar tecnicamente as restantes direções, tiveram uma afetação de recursos que correspondeu a cerca de 25% do total da DIE, como se pode ver no gráfico seguinte.



Estas tarefas dividiram-se em Manutenção do Site da Município, apoio à Plataforma de Gestão do Sistema de Gestão da Qualidade (uebeq); em *Helpdesk* às diversas divisões, em auditoria e manutenção da infraestrutura de suporte às atividades da Município, no apoio ao SAP e no desenvolvimento e análise de soluções requisitadas pelas restantes direções. Continua a merecer particular destaque o apoio prestado aos projetos de infraestruturas da DEI, quer ao nível do *Helpdesk*

quer ao nível da implementação dos Modelos de Dados e desenvolvimento de soluções.

Relativamente às atividades de *Helpdesk*, o sistema implementado em 2011 permite efetuar uma análise rápida destas atividades. Assim, durante o ano de 2017 foram efetuados 667 pedidos (617 em 2016, 647 em 2015, 674 em 2014, 664 em 2013 e 652 em 2012) pela plataforma.



Nos projetos externos, vocacionados para a resposta a serviços contratados por clientes, ou desenvolvidos no âmbito de projetos de investimento com a perspetiva de rentabilização futura, podemos destacar a finalização do projeto europeu Geosmartcity, onde a Município participou como piloto, estando presente na sessão de avaliação final realizada pela Comissão Europeia no Luxemburgo.

Na área de atividade de elaboração de estudos e planos, destacamos a Elaboração do Plano de Gestão dos Riscos de Inundações da Região Autónoma da Madeira, bem como o início do Estudo para a Tipificação de Mecanismos de Resposta às Cheias na Lezíria do Tejo.

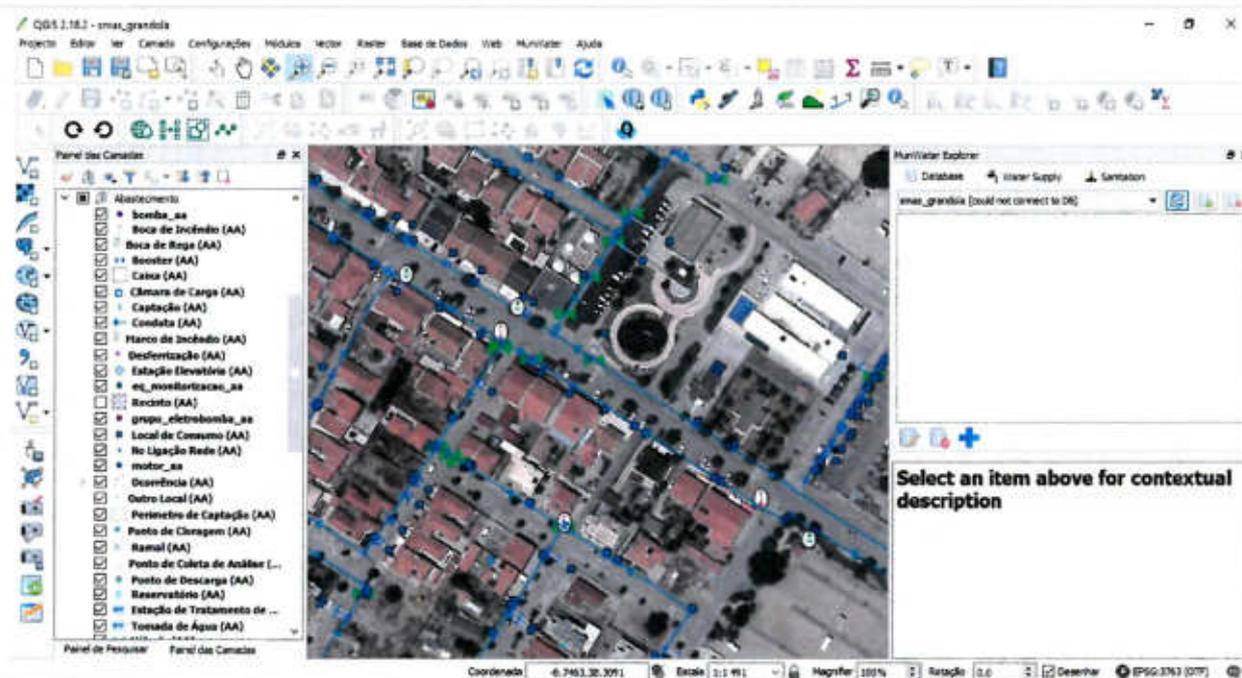
AR



Capa do Plano de Gestão dos Riscos de Inundações da RAM

No âmbito da consultoria e desenvolvimento merecem destaque o Desenvolvimento de um Plug-In para QGIS para Gestão do Cadastro de Água e Saneamento, que está a ser implementado em Vila Velha de Ródão, Cadaval e Valpaços, e que se pretende rentabilizar em 2018.

Handwritten signature or initials in blue ink.



Plug-In para QGIS para Gestão do Cadastro de Água e Saneamento

Pelo seu carácter inovador, destacamos também o desenvolvimento de uma aplicação de apoio à atribuição dos Subsídios de Transportes Escolares e de uma aplicação para análise das áreas de influência dos espaços verdes urbanos para a Câmara Municipal de Oeiras. Merecem ainda destaque durante o ano de 2017 a conclusão dos projetos MISTIC SEAS e IDE da CIM-TTM.

Alguns destes projetos tiveram destaque nos encontros SASIG 2017 (que decorreu no Porto) e Jornadas Ibéricas de Infraestruturas de Dados Espaciais (que decorreu em Lisboa).

Handwritten signature or initials in blue ink, possibly "Ae B1".



Aplicação de apoio à atribuição dos Subsídios de Transportes Escolares



Projeto MISTIC SEAS

Em termos de projetos de Cadastro, o Cadastro de Timor-Leste continuou a ter enorme destaque este ano, através da continuação da manutenção e suporte à plataforma desenvolvida. Mas o mais importante de destacar é o final do projeto

AR
32

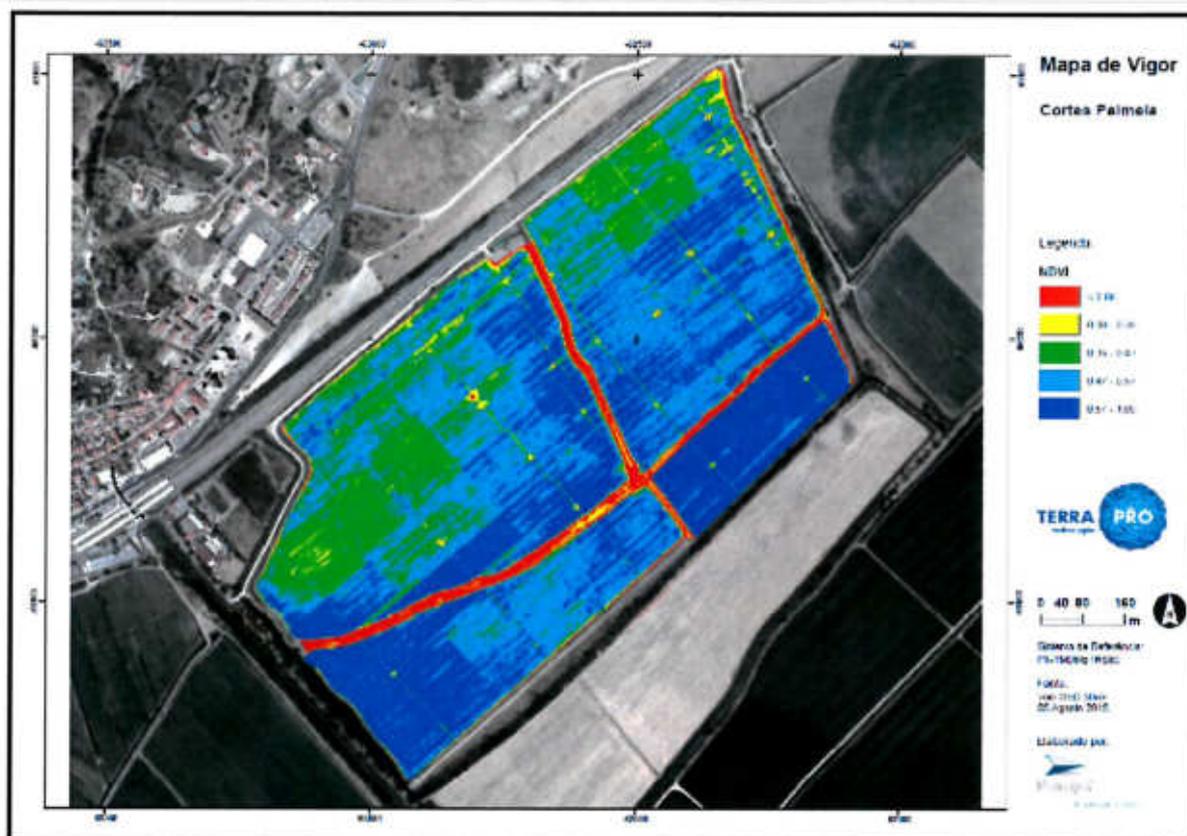
do Cadastro de São Vicente (Cabo Verde) em que a DIE foi responsável pelo desenvolvimento e manutenção da Aplicação de Gestão de Trabalho, bem como no Apoio Técnico no funcionamento do Gabinete de Atendimento existente no Mindelo.



Aplicação de gestão de trabalho de apoio ao cadastro de S. Vicente

Quanto aos projetos de Deteção Remota, em conjunto com a DCC, continuamos a suportar a atividade da empresa SOGRAPE e da Quinta da Ravasqueira na produção de Cartas de Vigor de Vinha e mantivemos o fornecimento de NDVI à empresa TerraPro, uma consultora na Gestão de Rega, que utilizou os nossos dados no suporte aos produtores de vinho, milho e tomate na campanha de 2017.

Al
3/5



Exemplo de mapa de vigor

Para o ano de 2018, está em curso a continuação da implementação da IDE de Oeiras e desenvolvimento de aplicações SIG e WebSIG, a continuação da colaboração com a SOGRAPE e a TerraPro, no segmento da agricultura e a procura de rentabilização das Aplicações de Gestão de Infraestruturas de Água e Saneamento, enquanto ao nível dos estudos, destacam-se a continuação do Estudo de Cheias da Lezíria do Tejo e o Plano de Emergência e Proteção Civil de Guimarães.

DIREÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS



A Direção de Novos Negócios (DNN) manteve em 2017 o seu foco em atividades de **Desenvolvimento de Mercado**, por via da introdução de produtos maduros em novos mercados, essencialmente internacionais; no **Desenvolvimento de Produto**, por investimento em desenvolvimento de novos produtos em mercados já trabalhados; e **Diversificação**, com recurso a parcerias estratégicas para colocação de novos produtos em novos mercados.

Ao nível do desenvolvimento de mercado manteve o enfoque no mercado externo, com Moçambique e o Brasil a representarem o foco mais significativo de prospeção, colocação de propostas comerciais e manifestações de interesse, esperando-se a conversão em volume de negócios em 2018.

No que ao mercado interno diz respeito, foram primordialmente dirigidas aos segmentos do Turismo, Energia e Comunicação, destacando-se por esta via a participação no Projeto Solis, uma iniciativa da Agência de Energia Lisboa E-Nova no âmbito da transição para a economia solar através de um *market place* alavancado em Tecnologias de Informação Geográfica; a evolução no volume de negócios em aluguer de aeronave para retransmissão TV; e o investimento realizado na promoção de candidaturas a linhas de financiamento lançadas pelo Turismo de Portugal aos Municípios.



Em termos de desenvolvimento de produto, a parceria tecnológica estabelecida com a ITPeople para plataformas de realidade aumentada manteve-se sem materialização de resultados até ao final do ano, existindo contudo para 2018 já adjudicado um projeto que permitirá projetar e replicar junto dos Municípios soluções inovadores de promoção turística. Neste mesmo segmento e tirando partido da competência chave ao nível da aquisição

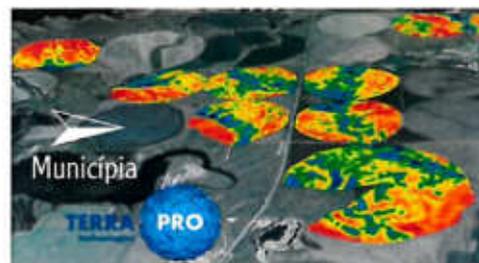
de dados 3D para acervo e salvaguarda de património, sublinha-se o desenvolvimento de um produto dedicado ao levantamento e impressão 3D, a lançar no primeiro trimestre de 2018, com impacto na gestão de imóveis de interesse junto dos Municípios e da Administração Central.

Relativamente à estratégia de diversificação, a distribuição de produtos TomTom para o segmento da mobilidade e tráfego  permitiu alavancar volume de negócios no setor privado, nomeadamente no retalho, na saúde e nos operadores privados de transportes, e criar igualmente oportunidades em Entidades Públicas, destacando-se a construção de uma Base Cartográfica para a Área Metropolitana do Porto em que, para além da rede viária e de um conjunto alargado de Pontos de Interesse, contemplou informação de volume e velocidade de tráfego para intervalos de 5 minutos, colocando um potencial de definição de estratégias de mobilidade de real valor para aquele território.



Em matéria de penetração de mercado, a distribuição exclusiva gestão de frotas Cartrack para Entidades Públicas cresceu pelo terceiro ano consecutivo, sendo neste momento monitorizadas 2.555 viaturas em 120 clientes, entre os quais 41 Autarquias e 61 Corporações de Bombeiros, sendo expectável para 2018 a transposição da fasquia das 3.000 viaturas.

Paralelamente, a consolidação de parceria com a Empresa de Consultoria TerraPro, no âmbito de prestação de serviços de suporte à Agricultura de Precisão e a fidelização contínua de clientes para mapeamento de vigor como a Sogrape, permitiram aumentar o volume de negócios no segmento da Agricultura em serviços prestados pela Direção de Cartografia e Cadastro e Inteligência Espacial.



35
A

A Central Nacional de Compras Municipais CONNECT®, lançada em novembro de 2016, já conta com 17 Entidades Aderentes, entre as quais 15 Municípios e uma Comunidade Intermunicipal com 15 Municípios e gerindo neste momento 4 Acordos Quadro, numa oferta composta por viaturas elétricas, híbridas e plug-in, veículos  **CONNECT**® elétricos para trabalho urbano, combustível rodoviário a cartão e a granel, e equipamentos informáticos. No segmento dos combustíveis e das viaturas conta já com fornecimentos efetuados e existem diversas manifestações de interesse para materializar durante o ano de 2018, entre as 145 Entidades já visitadas.

A Direção de Novos Negócios assegurou em 2017 a comunicação e imagem da Empresa, evidenciando-se as seguintes ações pelo impacto causado na promoção e no aumento da notoriedade da marca Município:

- Lançamento do novo *website* www.municipia.pt em janeiro de 2017 e gestão subsequente de conteúdos centrada no cliente;
- Redação e produção de "newsletters" trimestrais, com entrega a Municípios, Comunidades Intermunicipais e Empresas do Setor Empresarial Local, com ênfase nos 18 anos Município celebrados no último trimestre do ano;
- Gestão dos meios de comunicação social *facebook* e *linkedin*, em articulação com o site e promovendo a partilha de notícias de relevo para a atividade core da Empresa;
- Redação e emissão de ofícios de promoção de produto, com destaque na promoção das linhas de financiamento acessíveis pelos Municípios;
- Presença em Congressos e Seminários, culminando na presença com expositor no XXIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses em Portimão, numa forte participação conjunta com a Central Nacional de Compras Municipais – CONNECT.

Handwritten signature or initials in blue ink.



Participação no XXIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses em Portimão

Atividade Comercial

CONCURSOS

O quadro seguinte, espelha o resultado das propostas apresentadas no contexto do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, bem como as propostas apresentadas espontaneamente ou através de consulta, por todos os Departamentos da Municípia, ao longo do ano de 2017:

Propostas	Nº Propostas 2016	Nº Propostas 2017	Δ% Propostas 16-17	Em Valor		Δ% Valor 16-17
				2016	2017	
Propostas adjudicadas	152	163	7,2%	3.987.626	1.864.598	-53,2%
Propostas em aberto	434	261	-39,9%	25.644.347	25.121.624	-2,0%
Propostas recusadas	28	109	289,3%	12.549.898	4.051.031	-67,7%
Total de Propostas Apresentadas	614	533	-13,2%	42.181.870	31.037.253	-26,4%

Unidade: euros

Constata-se através da leitura do quadro anterior, que a empresa apresentou 533 propostas ao longo do ano de 2017, o que reflete a apresentação de 2 propostas a cada dia útil. Verificou-se uma variação positiva de 7%, em número de propostas adjudicadas e uma variação negativa de 53% no valor (euros) das propostas adjudicadas.

Importa ainda referir quais os clientes que mais contribuíram em volume de faturação em 2017 e que se descrevem seguidamente por ordem decrescente:

<i>Top 10 Clientes</i>	VALOR	PESO RELATIVO NO TOTAL DA FATURAÇÃO
MILLENNIUM CHALLENGE ACCOUNT	2.036.773	54,8%
MUNICÍPIO DE OEIRAS	265.842	7,2%
MEDIALUSO – PRODUÇÕES PARA TELEVISÃO	100.657	2,7%
ECOREDE – ENGENHARIA E SERVIÇOS	89.473	2,4%
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO	77.293	2,1%
MUNICÍPIO DE VALPAÇOS	77.282	2,1%
SOCARTO	48.520	1,3%
GEOIDE	45.599	1,2%
MUNICÍPIO DE SILVES	42.329	1,1%
ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	35.980	1,0%

Unidade: Euro

O quadro anterior é elaborado com base no valor total da faturação em euros e sem IVA.

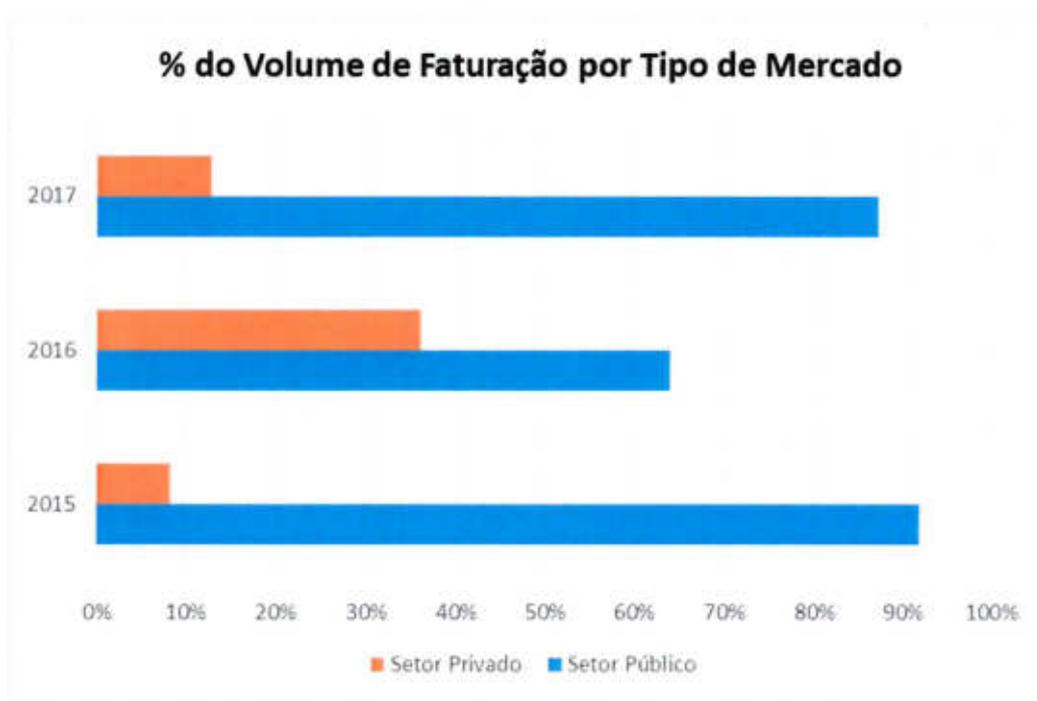
TIPOLOGIA DOS CLIENTES

O setor público continua a ser o setor preferencial de atuação da Município, com registos de 87%, registando um acréscimo face ao ano anterior de 23%.

O setor privado regista cerca de 13% da faturação, ou seja, menos 23% que no exercício anterior, embora mais 4,5% que no ano de 2015.

Handwritten signature or initials in blue ink.

<i>Faturação</i>	2015	2016	2017
Setor Público	91,74%	64,00%	87,16%
Setor Privado	8,26%	36,00%	12,84%



2.3. INVESTIMENTOS

No ano de 2017, face ao ano transato, verificou-se um acréscimo nos investimentos efetuados, conforme se demonstra no quadro seguinte:

	2015	2016	Var % (15-16)	2017	Var % (16-17)
Ativos Intangíveis	0	0	0%	0	0%
Ativos Fixos Tangíveis	339	145.216	42.737%	271.323	87%
Total	339	145.216	42.737%	271.323	87%

Unidade: Euro

Os **Ativos Intangíveis** em 2017, tiveram um registo nulo.

Quanto ao **Ativo Fixo Tangível**, este registou um incremento de 87%, originado pelo investimento de 271.323 euros, no ano de 2017. Deste investimento, 140.533 euros repartem-se essencialmente por equipamento básico e de transporte, necessários para projetos que estão a decorrer. O montante remanescente (130.790 euros) integram o imobilizado em curso, relativo ao início do processo de aquisição e substituição de motores da aeronave.



2.4. POLÍTICA DA QUALIDADE

A Municípa continua a evidenciar um Sistema de Gestão documentado, de modo a cumprir com os requisitos da norma ISO 9001. Em 2017 foi dado início à transição da norma ISO 9001:2008 para a ISO 9001:2015, o que implica uma revisão profunda dos processos e procedimentos, tendo em vista a satisfação dos requisitos colocados pelos nossos clientes, pelo próprio mercado e tendo sempre por base as orientações constantes da Política da Qualidade. Para tudo isto é indispensável o empenho de todos os colaboradores da empresa.

A Municípa continua a focar-se em 5 vetores fundamentais de atuação:

- **O Cliente**
- **Os Colaboradores**
- **Os Fornecedores**
- **Os Acionistas**
- **A Utilidade Pública**

Aquando da execução do Relatório e Contas ainda se estava a apurar o resultado final do grau de satisfação dos clientes através dos questionários efetuados. Contudo dos valores apurados do 1º, 2º e 3º trimestres foi possível concluir um grau de satisfação de 3,62. Iremos manter os questionários no ano de 2018, com o mesmo objetivo de 3,7 no grau de satisfação dos clientes.

A Administração continua a incrementar a competitividade da Municípa, tanto no mercado nacional, como no internacional, seja por via do investimento na formação, seja pelo investimento em ferramentas que potenciem uma maior eficácia.

A32
h

2.5. CERTIFICAÇÕES TÉCNICAS E MARCAS REGISTRADAS

CERTIFICAÇÕES TÉCNICAS

A Município tem as seguintes Certificações:

Âmbito	Entidades Certificadoras
ISO 9001	 certificação acreditada IFAC
Alvará para o exercício de atividades no domínio do cadastro predial nº 01/2003 CD	 INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS
Declaração para o exercício da atividade de produção de cartografia topográfica ou temática de base topográfica	 INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS
Entidade formadora em Informática (489), programas não classificados noutra área de formação	 DGERT DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

MARCAS REGISTRADAS

Nome da Marca	Modalidade	Tipo de Sinal
MUNICÍPIA ® 	MARCA NACIONAL / LOGOTIPO	MISTO
GUIA DE PORTUGAL ® 	MARCA NACIONAL	MISTO
GP-PROCURA?AQUI ENCONTRA!!! ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
BNE-BASE NACIONAL DE ENDEREÇOS ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
GEOSTAT ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
MUNICIPIA ENERGY ® 	MARCA NACIONAL	MISTO
WHERE ARE YOU FLYING ® 	MARCA NACIONAL / LOGOTIPO	VERBAL
WHERE ARE YOU ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
CONNECT ® 	MARCA NACIONAL / LOGOTIPO	MISTO

2.6. RECURSOS HUMANOS

ATIVIDADE

Resultante da finalização do projeto "SYSTEMATIC LAND RIGHTS AND BOUNDARIES CLARIFICATION AND REGULARIZATION IN THE REPUBLIC OF CABO VERDE - ISLANDS OF SÃO VICENTE AND BOA VISTA" para o governo da República de Cabo Verde, o quadro de pessoal da empresa sofreu uma pequena diminuição a 31 de dezembro de 2017.

EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO EFETIVO

A tendência tem sido a manutenção da equipa constituída ao longo dos anos, apostando na sua qualificação tecnológica e recorrendo pontualmente a serviços de contratação a termo certo para suprir o acréscimo de projetos.

Pode-se verificar no quadro em baixo, uma ligeira diminuição do número de efetivos a 31 de dezembro, derivado do término dos três contratos a termo realizados para o projeto anteriormente mencionado e pela saída de uma funcionária, por iniciativa da mesma, da Direção de Cartografia e Cadastro.

EVOLUÇÃO RH	2015	2016	2017
N.º de efetivos	31	35	31

O quadro que se segue regista o número de efetivos, distribuídos pelos vários tipos de vínculo contratual. Verifica-se que cerca de 94% possuem com a Empresa um vínculo contratual "sem termo" e 6% tem um contrato a "termo certo".



TIPO DE VÍNCULO CONTRATUAL	2015	2016	2017
Contrato sem termo	30	30	29
Contrato termo certo	1	5	2
Σ dezembro	31	35	31

Em termos de unidades orgânicas da empresa, a 31 de dezembro, os efetivos estavam organizados da seguinte forma:

- Direção de Cartografia e Cadastro com **11** elementos;
- Direção de Inteligência Espacial com **8** elementos;
- Direção Administrativa e Financeiro com **5** elementos;
- Direção de Engenharia e Infraestruturas com **3** elementos;
- Direção de Novos Negócios com **3** elementos;
- Direção Geral com **1** elemento.

O capital humano da empresa no final de dezembro de 2017 é constituído por 31 trabalhadores. Desses, 9 são do género feminino e 22 do masculino.

CAPITAL HUMANO	2015	2016	2017
Género Masculino	21	24	22
Género Feminino	10	11	9
Σ dezembro	31	35	31

A média etária dos funcionários é de 43 anos e, embora se observe um envelhecimento, isso traduz-se numa maior experiência, adesão e identificação com as políticas da empresa.

ESTRUTURA ETÁRIA	2015	2016	2017
De 40 a 69 anos	19	21	24
De 18 a 39 anos	12	14	7

O nível de habilitação do conjunto dos trabalhadores da Município está espelhado no quadro em baixo e apresenta as seguintes características:

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	2015	2016	2017
Doutoramento	0	1	1
Mestrado	1	0	0
Ensino Superior	21	24	20
Ensino Secundário	9	10	10
3º Ciclo Ensino Básico	0	0	0
Total	31	35	31

Com um nível de habilitação igual ao ensino secundário temos 32% do total dos trabalhadores, com habilitações de ensino superior temos 65% e 3% possuem um doutoramento.

ABSENTISMO

Como podemos verificar no quadro seguinte os números mais significativos no absentismo estão relacionados com as ausências por Doença. Na tipologia de ausências por Baixa emitida pela Segurança Social, inclui-se a baixa por doença, a baixa de risco e a assistência a familiares. Na tipologia "Doença" estão incluídas as consultas médicas e as ausências por indisposição.

Tipos de absentismo no ano corrente:

TIPOS DE ABSENTISMO	BAIXA S. SOCIAL	LIC. PARENTAL	DOENÇA	OUTRAS				TOTAL
				CARAVANISMO E TURISMO	DEBIC. ETOALB	DEBLOCAC. O A ESCOLA	ARTOS / APROVADIA EMPREGADORA	
Σ EM DIAS	52	0	57	8	1	5	4	127
PESO RELATIVO	41%	0%	45%	6%	1%	4%	3%	100%

Tipos de absentismo no último triénio:

TIPOS DE ABSENTISMO	2015	2016	$\Delta\%$ 2015-2016	2017	$\Delta\%$ 2016-2017
BAIXA S. SOCIAL	207	99	-52%	52	-47%
LICENÇA PARENTAL	266	0	-100%	0	N/A
DOENÇA	85	74	-13%	57	-23%
OUTRAS	38	28	-26%	18	-36%
TOTAL AUSÊNCIAS	596	201	-66%	127	-37%

Unidade: dias

Confrontando os números de 2017, com o ano anterior, verifica-se uma diminuição generalizada do absentismo, com maior incidência no facto de terem ocorrido menos baixas.

ESTÁGIOS

Em 2017, manteve-se a tendência de redução do número de estagiários, derivado essencialmente pela curta duração dos estágios, o que leva a que o tempo de estágio que medeia a adaptação/treino e a posterior realização das tarefas seja demasiado curto, para que os estagiários, na sua grande maioria, consigam produzir um trabalho de qualidade.

Durante o ano de 2017, entre 03.07.2017 e 31.12.2017, a empresa acolheu na Direção Administrativa e Financeira um estagiário do FICYT- Fundación para el Fomento en Asturias de la Investigación Científica Aplicada y la Tecnología.

ESTÁGIOS CONCEDIDOS	2015	2016	2017	MÉDIA
∑ DE ESTÁGIOS POR ANO	1	1	1	1
∑ DE ESTÁGIOS			3	

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A Empresa continua a investir na formação, como componente importante da área dos Recursos Humanos, sabendo que só assim os seus efetivos podem manter os padrões de desempenho.

O quadro seguinte apresenta o resumo da formação realizada no último triénio:

INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO	2015	2016	Δ% 2016-2015	2017	Δ% 2017-2016
N.º DE FORMANDOS	10	10	0%	14	40%
N.º DE AÇÕES	28	40	43%	38	-5%
HORAS DE FORMAÇÃO	889	341	-62%	583	71%



Neste quadro, pode-se observar que 45% dos trabalhadores tiveram a possibilidade de frequentar ações de formação. Foram frequentados cursos de especialização, workshop, palestras e conferências. Das 583 horas, 290 horas (50%) foram de especialização e 293 horas (50%) foram despendidas em workshop, palestras e conferências.

GASTOS COM REMUNERAÇÕES

No quadro seguinte, demonstram-se os valores registados na conta de Gastos com o Pessoal e Administração, estando estas remunerações também descritas no anexo. O peso de cada rubrica na estrutura destes gastos e as respetivas variações entre 2015 e 2017, em termos percentuais, são as que se descrevem, em seguida:

<i>Natureza</i>	2015	2016	2017	Peso % no total	Var. 15-16	Var. 16-17
Remunerações, Subs. Férias e Natal	1.082.818	765.021	988.509	70,48%	-29%	29%
Subsídio de alimentação	94.570	44.847	47.061	3,36%	-53%	5%
Horas extra	263	1.539	1.473	0,11%	485%	-4%
Senhas de Presença	5.742	4.466	6.380	0,45%	-22%	43%
Encargos patronais	252.257	174.499	225.304	16,06%	-31%	29%
Seguro Acid. de Trabalho e Seguro de Saúde	28.751	28.952	29.896	2,13%	1%	3%
Formação	7.490	3.131	8.426	0,60%	-58%	169%
Outras	2.815	441	2.888	0,21%	-84%	555%
Higiene e Seg. Trabalho	1.507	956	1.789	0,13%	-37%	87%
Ajudas Custo	24.962	58.677	87.243	6,22%	135%	49%
Créditos de formação e compensações	19.214	0	3.552	0,25%	-100%	100%
TOTAL	1.520.390	1.082.531	1.402.523	100,00%	-29%	30%

Unidade: Euro

Remunerações – Verifica-se uma subida dos gastos com as remunerações em 2017, face a 2016 de 29%, ficando esta variação a dever-se principalmente aos contratos efetuados em 2017 com trabalhadores locais em Cabo Verde, no âmbito do

contrato com o Millennium Challenge Account. O mesmo reforço da equipa aconteceu em Portugal mas com 3 recursos contratados a termo, no segundo semestre de 2016 e que se mantiveram até ao último trimestre de 2017.

O **subsídio de alimentação** – tiveram um comportamento marginal, apenas com uma variação de 5%, não acompanhando o descrito anteriormente, uma vez que em Cabo Verde não há lugar a pagamento de subsídio de refeição e os recursos contratados em Portugal ao usufruírem de Ajudas de Custo, não dispõem deste subsídio, razão pela qual, apenas há registo de uma variação em termos absolutos de 2.214 euros.

Hora extra – tradicionalmente esta rubrica acomoda valores residuais, situação que se mantém em 2017, com apenas 1.473 euros e que tem origem em projetos cuja execução depende de condições climatéricas, como são os casos do voo ou da videografia, em que ambos dependem da boa visibilidade.

A variação percentual, face ao ano anterior, regista uma diminuição marginal de 4%.

Senhas de presença – esta rubrica, verificou um incremento de 1.914 euros, consequência do maior número de reuniões realizadas em 2017.

Encargos Patronais – esta rubrica é uma consequência das remunerações, tendo registado a mesma variação (29%) e pelas mesmas razões já explanadas nas remunerações.

Prémios de seguros – esta rubrica subiu 3% face ao ano anterior e essencialmente fica-se a dever aos seguros pagos em Cabo Verde para proteção dos recursos localmente contratados.

Formação – o investimento realizado nos nossos recursos humanos teve um incremento substancial, sempre com o objetivo de manter o capital humano atualizado, de modo a injetar inovação na empresa.

Este investimento registou um incremento superior a 100% face ao ano transato.

A rubrica **Outras** – o valor registado derivou essencialmente da reunião da família Municípiã no seu aniversário de 18 de outubro e de um jantar de Natal com o mesmo propósito.

Higiene e Segurança no Trabalho – verificou-se um incremento nesta rubrica, tendo em conta a natureza dos projetos, em particular os de infraestruturas, bem como o número de funcionários em projetos em 2017.

Ajudas de Custo – esta rubrica é um excelente indicador para aferir se há ou não projetos, uma vez que reflete gastos com funcionários que se encontram deslocados e neste caso concreto, deslocados durante praticamente todo o ano de 2017, na Ilha de São Vicente em Cabo Verde, ocupados com o projeto "Systematic Land Rights and Boundaries Clarification and Regularization in the Republic of Cabo Verde – Islands of São Vicente".

Este valor registou mais 49% do que os registados no ano anterior tendo em conta que em 2016 foram 6 meses de trabalho no exterior, enquanto que em 2017, o projetos decorreu ao longo de 11 meses.

Créditos / Compensação – com o fim do projeto em novembro de 2017, foi necessário proceder ao fim dos contratos a termo, pagando-se as respetivas compensações nos termos da lei.

Conclusão

A estrutura de gastos com pessoal respondeu conforme delineado a partir de 2013, em que se expande quando há projetos de maior dimensão, contraindo-se na ausência dos mesmos, contribuindo desta forma para a sustentabilidade da empresa.

2.7. Evolução Económico-Financeira

O relato financeiro que se segue, visa explicar as tendências do desempenho financeiro da Município, tendo em conta valores comparáveis dos últimos exercícios.

Apesar deste relato se basear em valores históricos, o que permite verificar a progressão/desempenho da sociedade nos últimos anos, também permitirá perspetivar o futuro da Município, através de Indicadores que medem a performance da empresa.

Em seguida, resumem-se as principais rubricas do desempenho económico da Município nomeadamente, através da análise da Demonstração de Resultados Total de Ganhos e Gastos, dos Resultados Operacionais, dos Resultados Financeiros, dos Resultados Antes de Impostos e dos Resultados Líquidos, dos Indicadores de Atividade, de Gestão, de Tesouraria, de Equilíbrio Financeiro e dos Indicadores Legais, ao longo dos últimos três exercícios.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SÍNTESE**

No quadro seguinte, pretende-se evidenciar a evolução dos Ganhos e Gastos registados no último triénio, bem como a sua variação nesse período.

	2015	2016	Var.% (15-16)	2017	Var.% (16-17)	Média
Ganhos Operacionais						
Serviços Prestados	3.313.341	2.437.545	-26%	3.523.858	45%	3.091.582
Subsídios à Exploração	11.248	14.288	27%	32.148	125%	19.228
Reversões de Imparidades	169.736	29.604	-83%	8.866	-70%	69.402
Outros Rendimentos ou Ganhos	65.627	84.290	28%	19.721	-77%	56.546
Total dos Ganhos Operacionais	3.559.953	2.565.728	-28%	3.584.592	40%	3.236.757
Gastos Operacionais						
Fornec. e Serviços Externos	1.627.443	1.227.083	-25%	1.903.789	55%	1.586.105
Gastos com Pessoal	1.520.390	1.082.531	-29%	1.402.523	30%	1.335.148
Imparidade de dívidas a receber	0	8.680	100%	0	-100%	2.893
Outros gastos e perdas	65.277	44.113	-32%	22.396	-49%	43.929
Gastos/reversões de depreciações	211.415	146.429	-31%	164.949	13%	174.264
Total dos Gastos Operacionais	3.424.526	2.508.835	-27%	3.493.656	39%	3.142.339
Resultados Operacionais	135.427	56.893	-58%	90.936	60%	94.418
Ganhos Financeiros						
Juros e rendimentos similares obtidos	22.439	5.095	-77%	3.209	-37%	10.248
Gastos Financeiros						
Juros e gastos similares suportados	97.595	39.873	-59%	66.782	67%	68.083
Resultados Financeiros	-75.156	-34.779	54%	-63.573	-83%	-57.836
Resultados Antes de Imposto	60.270	22.114	-63%	27.363	24%	36.853

Unidade: Euro

GANHOS OPERACIONAIS

Volume de Negócios – a conclusão do projeto "Systematic Land Rights and Boundaries Clarification and Regularization in the Republic of Cabo Verde – Islands of São Vicente", justificou um incremento de 45% do volume de negócios face ao ano anterior, tendo em termos absolutos registado uma variação superior a um milhão de euros. Contudo, a desvalorização do Dólar face ao Euro de 12%, ao longo de 2017, concorreu para um menor resultado.

Não só este projeto contribuiu para alcançarmos o segundo maior registo da história da empresa, como também projetos na área do voo, cartografia e desenvolvimento aplicacional e na área dos sistemas de informação geográfica, gestão de frotas, obtiveram níveis de faturação interessantes, contribuindo para uma melhoria do desempenho deste indicador.

Quanto aos **Subsídios à Exploração**, resultaram da conclusão do projeto GeoSmartCity, que foi desenvolvido através de um consórcio europeu constituído por 15 membros e que em 2017 permitiu reconhecer 32.148 euros de ganhos.

Reversões de Imparidades - foi possível recuperar 8.866 euros de clientes, fruto de acordos estabelecidos, um com uma empresa espanhola e outro com um Município.

Outros Rendimentos e Ganhos – resultam essencialmente das rendas obtidas pelo arrendamento parcial do espaço na sede.

O total dos **Ganhos Operacionais** registaram um incremento de 40% face ao exercício anterior, contribuindo em termos absolutos para um milhão de euros de incremento face a 2016.

GASTOS OPERACIONAIS

Os **Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos**, subiram 55%, face ao ano transato e justificam-se essencialmente pela componente de subcontratação

jurídica para o projeto do Millennium Challenge Account, quer através de prestadores de serviço locais para assegurar os trabalhos no terreno, onde o conhecimento local era importante, quer pela subcontratação jurídica, para o acompanhamento dos registos de propriedade.

Os **Gastos com Pessoal**, registaram um incremento de 30% face ao ano transato, conforme já detalhado no capítulo dedicado a gastos com pessoal.

Imparidades – para além das imparidades registadas em anos transatos, não encontramos riscos de incobrabilidade evidente, que justificasse o registo de provisão.

Outros Gastos e Perdas – registaram uma diminuição de 49% face ao ano anterior, fruto de uma diminuição acentuada de imposto relacionado com a segurança social dos independentes. Esta rubrica acomoda ainda impostos (IMI, taxas, IUC), correções residuais a anos anteriores e quotizações em associações.

Depreciações – registou um incremento de 13%, o que se justifica pelo investimento realizado no reforço de equipamento básico e de transporte em 2017, com o objetivo de repor equipamento obsoleto.

Os **Gastos Operacionais** registaram uma variação de 39% face ao ano transato, 1% inferior ao registado nos ganhos, tendo resultado em termos absolutos um incremento de 984.821 euros. As rubricas que mais influenciaram este aumento foram os gastos em fornecimentos e serviços externos e pessoal.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Resultados operacionais positivos, pelo quarto ano consecutivo, são tanto mais relevantes, se atendermos ao facto das dificuldades financeiras que o país e que o setor público, em particular, atravessou. Aqui retratamos apenas o último triénio:

<i>Exercício/Rubrica</i>	2015	2016	VAR. % (15/16)	2017	VAR. % (16/17)
GANHOS OPERACIONAIS	3.559.953	2.565.728	-28%	3.584.592	40%
GASTOS OPERACIONAIS	3.424.526	2.508.835	-27%	3.493.656	39%
RESULTADOS OPERACIONAIS	135.427	56.893	-58%	90.936	60%

Unidade: Euro

Os Resultados Operacionais derivam do crescimento mais do que proporcional dos ganhos face aos gastos, concorrendo para uma subida de 60% dos Resultados Operacionais face a 2016.

GASTOS DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO

O recurso marginal às contas correntes caucionadas em 2017 permitiram o pagamento de juros residuais, contudo o valor das comissões praticadas pelas Instituições bancárias têm vindo a agravar esta rubrica. A somar e com um impacto muito superior às anteriores, temos as diferenças de câmbio suportadas que tiveram um impacto de 37.950 euros. Ou seja, 56% dos "juros e gastos similares" tiveram origem na relação negativa do Dólar face ao Euro ao longo de 2017, justificando assim um incremento de 67% desta rubrica face a 2016.

Em termos de **Gastos de Financiamento Líquido**, obtivemos o seguinte resultado:

	2015	2016	VAR. % (15/16)	2017	VAR. % (16/17)
JUROS E RENDIMENTOS	22.439	5.095	-77%	3.209	-37%
JUROS E GASTOS	97.595	39.873	-59%	66.782	67%
GASTOS DE FINANCIAMENTO (LÍQUIDOS)	-75.156	-34.779	54%	-63.573	-83%

Unidade: Euro

Os **Resultados Antes de Impostos** são a consequência dos Resultados Operacionais e Resultados Financeiros, cujas explicações foram dadas anteriormente, tendo em 2017, alcançado um desempenho positivo, com **27.363 euros**.

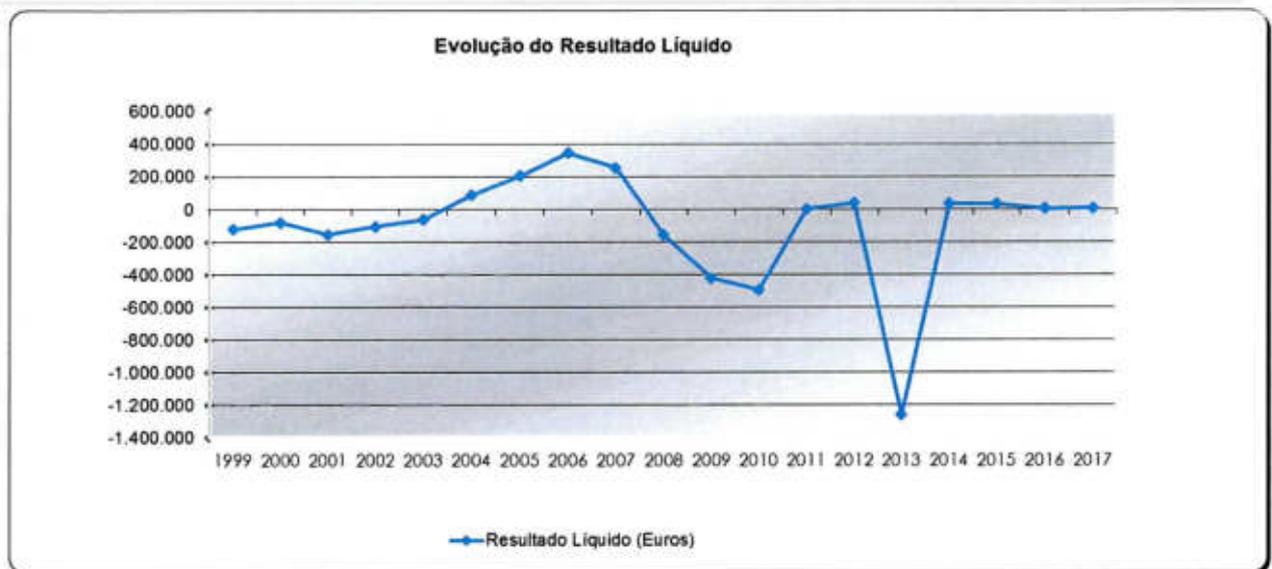
Aos **Resultados Antes de Impostos**, seguem-se os impostos, neste caso de 17.443 euros, o que permitiu à Município alcançar em 2017 um **Resultado Líquido** positivo de **9.920 euros**, conforme documentado na Demonstração de Resultados.

RESULTADOS LÍQUIDOS

De forma a obtermos uma imagem dos resultados líquidos alcançados pela sociedade desde a sua constituição, podemos observar o quadro e gráficos seguintes:

Exercício	RLE	Variação %
1999	-120.560	n.a.
2000	-79.615	34
2001	-151.965	-91
2002	-104.053	32
2003	-61.238	41
2004	89.791	247
2005	205.745	129
2006	347.733	69
2007	257.180	-26
2008	-153.789	-160
2009	-419.737	-173
2010	-491.754	-17
2011	5.566	101
2012	41.347	643
2013	-1.259.227	-3.146
2014	36.687	103
2015	35.349	-4
2016	7.837	-78
2017	9.920	27
Média	-94.989	-

Handwritten signature or initials in blue ink.



INDICADORES DE ATIVIDADE

<i>Atividade</i>	2015	2016	2017	Média	Var 15-16	Var 16-17
Volume de Negócios	3.313.341	2.437.545	3.523.858	3.091.581	-26%	45%
Rentabilidade das Vendas	1,07%	0,32%	0,28%	0,56%	-70%	-12%
EBIT (Resultado Operacional)	135.427	56.893	90.936	94.418	-58%	60%
Resultado Líquido	35.349	7.837	9.920	17.702	-78%	27%
Cash Flow Líquido	246.252	154.266	174.869	191.796	-37%	13%

Unidade: Euro

Volume de Negócios – Apresenta um dos melhores registos de sempre da empresa, motivado pela conclusão do projeto desenvolvido em Cabo Verde, bem como uma boa execução nos restantes projetos. Subiu 45% e representa um acréscimo em termos absolutos superior a um milhão de euros face a 2016.

Rentabilidade das Vendas (RL/VN) – Apresenta um valor baixo, fruto de margens baixas na maioria dos projetos em que a Município opera, tendo em conta que se continua a insistir no critério de adjudicação do mais baixo preço.

EBIT (ganhos antes de impostos e juros) – Regista um resultado positivo pelo quarto exercício consecutivo, revelando um bom comportamento operacional da sociedade.

Resultado Líquido – independentemente do valor dos resultados líquidos positivos de 9.920 euros serem baixos, configura um prémio a toda a equipa Município (funcionários, gestão, acionistas e fiscalistas) tanto mais, que o registo se repete nos últimos quatro exercícios económicos.

Cash Flow Líquido – Apresenta um registo de 174.869 euros, repartido por 164.949 euros de depreciação e 9.920 euros de resultado líquido.

INDICADORES DE GESTÃO

Gestão	2015	2016	2017	Média	Var. 15-16	Var. 16-17
Volume de Negócios por Trabalhador - euros	106.882	69.644	103.643	93.390	-35%	49%
Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - dias	39	83	93	72	-113%	-12%
Prazo Médio de Recebimentos (PMR) - dias	29	81	81	64	179%	0%

Unidade: Euro

Volume de Negócios por Trabalhador (VN/Nº Pessoas) – À semelhança do que ocorreu em 2015, também em 2017, a 31 de dezembro os funcionários que colaboram no projeto que mais contribuiu para o volume de negócios já não

constavam como funcionários, o que justifica uma sobrevalorização per capita deste indicador.

Prazo Médio de Pagamento (PMP) – a Município demorou em média 93 dias a satisfazer os seus compromissos, mitigando desta forma o recurso a financiamento de curto prazo.

Prazo Médio de Recebimento (PMR) – manteve-se o mesmo número de dias médio de recebimento em 81 dias.

INDICADORES TESOURARIA

Liquidez Geral (AC/PC) – Verificou-se uma ligeira descida do indicador, mantendo contudo as rubricas do Ativo de Curto Prazo que duplicam o registo do Passivo de Curto Prazo.

A descida de 13% face a 2016 resulta de um incremento mais do que proporcional do Passivo de Curto Prazo, face ao registado no Ativo de Curto Prazo.

<i>Tesouraria</i>	2015	2016	2017	Média	Var. 15-16	Var. 16-17
Liquidez Geral	2,95	2,31	2,00	2,42	-22%	-13%

Unidade: Unidade

INDICADORES DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

<i>Equil. Financeiro</i>	2015	2016	2017	Média	Var. 15-16	Var. 16-17
Autonomia Financeira	69,40%	75,80%	74,00%	73,07%	9,2%	-2,4%
Solvabilidade	3,19	4,07	3,32	3,53	27,6%	-18,4%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	1,05%	0,24%	0,30%	0,53%	-77,7%	26,2%

Autonomia Financeira (CP/AT) - Apresenta uma variação residual de - 2% face a 2016, justificada pelo ligeiro incremento do capital próprio e uma subida ligeiramente superior do total do ativo.

Daqui se conclui que o ativo está a ser financiado com recurso essencialmente a capitais próprios, representando uma grande independência da banca.

Solvabilidade (CP/ (Passivo Total-Proveitos Diferidos)) – A capacidade de solver as dívidas diminuiu 18%, ainda assim, o capital próprio supera em mais de três vezes o total do passivo. Passivo que, em 31 de dezembro, estava afetado por um saldo excecional de 190.000 euros de um subcontrato, que viria a ser liquidado no dia 9 de janeiro.

Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP) – O registo alcançado em 2017, ainda que positivo, proporciona uma taxa reduzida de retorno aos acionistas. Contudo regista uma variação positiva de 26% face ao exercício económico anterior.

INDICADORES LEGAIS

A sociedade, mesmo em anos de crise acentuada e de restrições orçamentais dos clientes do setor público, tem alcançado nos últimos quatro exercícios, Resultados Antes de Impostos, positivos. No quadro seguinte apresenta-se o último triénio:

Unidade: Euro

Legais	Lei 50/2012		
	2015	2016	2017
Regra do Equilíbrio de Contas	60.270	22.114	27.363

Do exercício económico de 2017, **não resultará qualquer transferência de reequilíbrio**, em conformidade com o nº 2 do artigo 40º da Lei 50/2012, em consequência dos Resultados Antes de Impostos se terem traduzido em 27.363 euros.

Em seguida, apresentamos a relação dos atuais acionistas, com referência a 31.12.2017, bem como a situação de transferências em dívida em conformidade com a Lei 53-F/2006 de 29 de dezembro e a atual Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Refira-se ainda a aquisição residual de ações próprias, todas a um cêntimo por ação, representando o total de 4,22%, que se distribuem da seguinte forma:

- Município de Abrantes (maio de 2013);
- Município de Vila de Rei (julho de 2014);
- Município de Ferreira do Zêzere (novembro de 2014);
- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (dezembro de 2014);
- Município de Oliveira de Frades (janeiro de 2015);
- Município de Alvaiázere (dezembro de 2015);

- Município de Silves (março de 2016);
- Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (abril de 2016);
- Município de Tavira (junho de 2016);
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (dezembro de 2016);
- Município de Sever do Vouga (janeiro de 2017).

Acionistas

	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008	2009	2010	2013	2011/12/14 a 17
Mun. de Oeiras	367.840	1.835.521,60	56,71%	59,22%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Nova de Gaia	31.002	154.699,98	4,78%	4,99%	0,00	0,00	0,00	2.199,04	0,00
Mun. de Maia	30.100	150.199,00	4,64%	4,85%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Figueira da Foz	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	4.473,83	13.865,86	14.976,07	28.602,22	-595,76
Mun. de Mafra	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sesimbra	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Viseu	14.000	69.860,00	2,16%	2,25%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com. Intermun. da Lezíria do Tejo	10.995	54.865,05	1,70%	1,77%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Portimão	5.010	24.999,90	0,77%	0,81%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assoc. Mun. Reg. Autónoma Açores	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Assoc. para o Des. do Baixo Guadiana	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Ansião	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Bragança	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. do Carregal do Sal	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Castelo Branco	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Covilhã	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Ílhavo	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Lagoa	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Leiria	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Loulé	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Monchique	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Paços de Ferreira	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. da Sertã	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vale de Cambra	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Acionistas

	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008	2009	2010	2013	2011/12/14 a 17
Mun. de Vila do Conde	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Boticas	1.998	9.970,02	0,31%	0,32%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assoc. de Mun. do Vale do Douro Norte	1.202	5.997,98	0,19%	0,19%	358,50	1.111,12	1.200,08	2.291,99	-47,74
Mun. de Albergaria-a-Velha	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Ponte da Barca	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	299,45	928,09	1.002,40	1.914,44	-39,88
Assoc. de Mun. do Douro Superior	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	1.000,40	0,00	-39,80
Assoc. de Mun. PEFICA	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.910,63	-39,80
Mun. do Fundão	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sintra	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com. Intermun. Alentejo Central	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de São João da Madeira	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Aguiar Beira	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	-39,68
Mun. de Arganil	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Barcelos	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Cabeceiras de Basto	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Góis	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Gouveia	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Guarda	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Idanha-a-Nova	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Lamego	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Mangualde	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Mourão	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Olhão	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Oliveira do Hospital	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Paredes	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penacova	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penamacor	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Ponta Delgada	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	-39,68
Mun. de Portalegre	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68

Acionistas

	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008	2009	2010	2013	2011/12/14 a 17
Mun. de Santa Maria Penaguião	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Santiago do Cacém	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de São Pedro do Sul	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Sernancelhe	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sines	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Trofa	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	-39,68
Mun. de Vieira do Minho	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Nova de Poiares	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações Próprias	27.496	137.205,04	4,22%	N/A	0,00	0,00	0,00	1.904,91	0,00
TOTAL	648.633	3.236.678,67	100%	100%	17.060,54	57.498,02	63.102,16	130.335,807	-2.669,14

Síntese	2008	2009	2010	2013	2011 e 2012 2014 a 2017	Total
Valores Liquidados	176.397	542.092	584.496	1.106.488	-22.517	2.386.956
Valores em Dívida	17.061	57.498	63.102	130.335	-2.669	265.327
Total	193.458	599.590	647.598	1.236.823	-25.186	2.652.283



2.8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, propõe que o resultado apurado no exercício de 2017, no valor de 9.920,19 euros, seja 5% destinado a Reservas Legais (496,01 euros), transferindo-se o remanescente de 9.424,18 euros para a conta de "Resultados Transitados", em conformidade com o código das sociedades comerciais.

NOTAS FINAIS

Uma nota de apreço aos membros dos restantes órgãos sociais, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e o senhor Dr. Santos Silva como Fiscal Único, pela disponibilidade e colaboração prestadas.

Finalmente, o registo do reconhecimento aos acionistas pela sua disponibilidade e contributo, bem como o agradecimento a todos os colaboradores pelo empenho evidenciado no progresso da Municípa, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

Oeiras, 10 de janeiro de 2018

O Conselho de Administração,

Dr. Fernando do Nascimento Trigo – *Presidente*

Dr. João Pedro Brito da Silva – *Administrador*

ABC
X

CONTAS DO EXERCÍCIO



Balanço
Demonstração de Resultados
Demonstração de Fluxos de Caixa
Demonstração de Resultados por Funções



3 - CONTAS DO EXERCÍCIO

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Demonstração de Resultados por Funções
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Demonstração de Fluxos de Caixa



Entidade:
MUNICÍPIA,SA

BALANÇO

Contas Individuais

Período findo em 31-12-2017

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	710	2.098.994,42	2.024.815,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Participações financeiras - outros métodos)		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		5.224,37	4.363,73
Ativos por impostos diferidos	14	138.658,90	142.957,72
		2.242.877,69	2.172.136,45
Ativo corrente:			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes		862.444,84	666.531,52
Estado e outros entes públicos		31.441,89	13.826,56
Capital subscrito e não realizado (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros créditos a receber (Adiantamentos a fornecedores)		13.556,83	11.191,65
Outros créditos a receber (Outras contas a receber)	76	603.151,86	873.811,21
Diferimentos	3	101.391,60	112.353,46
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	652.293,12	537.615,00
		2.264.280,14	2.215.329,40
Total do ativo		4.507.157,83	4.387.465,85



[38.737182, -9.304986]

Handwritten signatures and notes:
- *[Signature]*
- *Red: B. S.*

Handwritten signature: Pedro J. C.T. Silva



Entidade:
MUNICÍPIA, SA
BALANÇO

Período findo em: 31-12-2017
Moedas expressas em: Euro

Contas Individuais

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2017	31-12-2016
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital próprio:			
Capital Subscrito (Capital)		3.236.678,67	3.236.678,67
Ações (quotas) próprias		-264,98	-254,99
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		51.639,95	51.248,12
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		38.881,07	31.436,23
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
Resultado líquido do período		9.920,19	7.836,67
		0,00	0,00
Total do capital próprio		3.336.854,90	3.326.944,70
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	9	26.535,08	120.430,85
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar)		0,00	0,00
		26.535,08	120.430,85
Passivo corrente:			
Fornecedores		549.529,22	313.166,78
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		43.100,62	83.326,75
Financiamentos obtidos	9	93.895,80	92.829,68
Outras dívidas a pagar (Accionistas/sócios)		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar)		291.386,80	207.491,97
Diferimentos	3	165.855,41	243.275,12
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		1.143.767,85	940.090,30
Total do passivo		1.170.302,93	1.060.521,15
Total do capital próprio e do passivo		4.507.157,83	4.387.465,85



[38.737182, -9.304986]

Handwritten signatures:
- *[Signature]*
- *[Signature]*

Handwritten signature: Pedro J. E. N.



Entidade:
MUNICÍPIA, SA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 Contas Individuais

Período findo em 31-12-2017
 Montantes expressos em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2017	31-12-2016
Vendas e serviços prestados	12	3.523.858,06	2.437.545,34
Subsídios à exploração	13	32.147,74	14.287,83
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/·	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	+/·	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	·	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	-	-1.903.789,27	-1.227.083,10
Gastos com o pessoal	5.2	-1.402.522,55	-1.082.530,63
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-/-	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/-	8.855,53	20.924,62
Provisões (aumentos/reduções)	-/+	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/-	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	+/·	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	·	19.720,97	84.290,30
Outros gastos e perdas	-	-22.395,96	-44.112,65
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		255.884,52	203.321,71
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/-	-164.948,58	-146.429,11
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/-	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		90.935,94	56.892,60
Juros e rendimentos similares obtidos	·	3.208,89	5.094,64
Juros e gastos similares suportados	-	-66.781,56	-39.873,19
Resultado antes de impostos		27.363,27	22.114,05
Imposto sobre o rendimento do período	-/-	-17.443,08	-14.277,38
Resultado líquido do período		9.920,19	7.836,67
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
Resultado por ação básico		0,02	0,01

[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]



[38.737182, -9.304986]



Entidade:
MUNICÍPIA, SA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 Contas Individuais

Período findo em 31-12-2017
 Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2017	31-12-2016
Vendas e serviços prestados	12	3.523.858,06	2.437.545,34
Custo das vendas e dos serviços prestados		-3.105.123,00	-2.127.465,11
Resultado bruto		418.735,06	310.080,23
Outros rendimentos		60.734,24	119.502,75
Gastos de distribuição		-120.356,91	-106.779,51
Gastos administrativos		-245.780,49	-221.798,22
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		-22.395,96	-44.112,65
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		90.935,94	56.892,60
Gastos de financiamento (líquidos)		-63.572,67	-34.778,55
Resultados antes de impostos		27.363,27	22.114,05
Imposto sobre o rendimento do período	11	-17.443,08	-14.277,38
Resultado líquido do período		9.920,19	7.836,67
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00



[38.737182, -9.304986]

[Handwritten signature]
 - Pedro i. Brito de M.

[Handwritten signature]
 Pedro J. C. T.



[38.737182, -9.304986]



Entidade: Município, SA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N-1:

2016

Período final em 31-12-2017

DESCRICÇÃO	ALTERAÇÕES NO PERÍODO											POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N-1					
	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	Primeira adoção de novo referencial contabilístico	Alterações de política contabilística	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	Realização do excedente de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	Excessos de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respect. variaz.	Ajustamentos por impostos diferidos	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	RESULTADO INTEGRAL	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		Realizações de capital	Realizações de prémios de emissão	Distribuições	Entradas para cobertura de perdas	Outras operações
Total de Capital Próprio	3.352.799,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.836,67	7.836,67	-110,00	0,00	0,00	-33.581,43	0,00	0,00	3.326.944,70
Total	3.352.799,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.836,67	7.836,67	-110,00	0,00	0,00	-33.581,43	0,00	0,00	3.326.944,70
Result. líquido período	35.348,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.836,67	7.836,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.836,67
Outras variações no CP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedent. revalorizac. no CP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajust. em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transferidos	31.436,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.581,23	0,00	0,00	0,00	-33.581,43	0,00	0,00	31.436,23
Outras reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva legal	49.480,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.248,12
Prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros itens de CP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações (quotas próprias)	-144,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-254,99
Capital resultando	3.236.678,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.236.678,67

NOTAS



Entidade: Município, SA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N: 2017 Período findo em 31-12-2017

Contas Individuais													Montantes expressos em Euros			
DESCRICÇÃO	POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	ALTERAÇÕES NO PERÍODO	Primeira alteração de política contabilística	Diferenças de conversão de moedas demonstradas financeiras	Realização do excedente da reavaliação de activos intangíveis e tangíveis	Escalantes de reavaliação de activos fixos intangíveis e respect. variaç.	Ajustament os por impostos diferidos	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	RESULTADO INTEGRAL DO PERÍODO	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	Realizações de emissão de prémios de capital	Realizações de prémios de emissão de obrigações	Entradas para cobertura de perdas	Outras operações	POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N
Total de Capital Próprio	3.326.944,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.920,19	9.920,19	-9,99	0,00	0,00	0,00	0,00	3.336.854,90
Total	3.326.944,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.920,19	9.920,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.336.854,90
Result. líquido período	7.836,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-7.836,67	9.920,19	2.083,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.920,19
Outras variações no CP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedent. reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajust. em activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transferidos	31.436,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.444,84	0,00	7.444,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.881,07
Outras reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas legais	51.246,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	391,83	0,00	391,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.639,95
Prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros intenu. de CP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acções (quozas próprias)	-254,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9,99	0,00	0,00	0,00	0,00	-264,98
Capital realizado	3.336.678,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.336.678,67

NOTAS



[38.737182, -9.304986]



localização é valor!

Handwritten initials

Entidade:
MUNICÍPIA, SA
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em: 31-12-2017

Conta Individual

Mantendo-se expressar em: Euros

Table with columns: RUBRICAS, NOTAS, DATAS (31-12-2017, 31-12-2016). Rows include Fluxos de caixa das atividades operacionais, investimento, and financiamento.



www.guiadeportugal.pt



www.municípioenergy.com

[38.737182, -9.304986]

Handwritten signature and initials in blue ink, possibly reading "A. A." and "20/1".



**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**



4 – Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017

1 – Identificação da Entidade

A Municípia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. é uma Empresa Municipal, Sociedade Anónima, enquadrada no setor empresarial local, com sede no Taguspark, na Avenida Professor Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11 – 3º B – 2740-120 Porto Salvo, regulada pela Lei 50/2012 de 31 de agosto.

A sociedade tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, Trabalho aéreo, Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional), Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultadoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, Soluções ambientais, Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo, Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a legislação em vigor, entre elas, o Sistema de Normalização Contabilística (aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho), a Estrutura Concetual do IASB constante do anexo 5 do regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, publicado pela Comissão Europeia em novembro de 2003, com base nos

Modelos de Demonstrações Financeiras, nas Normas Interpretativas, nas NCRF quando aplicável ou omissos. As Demonstrações Financeiras, foram ainda preparadas na base da continuidade das operações, em conformidade com princípios de prudência, especialização do período, consistência e substância sobre a forma.

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1. -As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação, com relevância para as seguintes:

- a) De acordo com os pressupostos da continuidade das operações e do regime do acréscimo (periodização económica das transações).
- b) De acordo com as características qualitativas das informações financeiras, designadamente quanto aos princípios da prudência, substância sob a forma, da materialidade e comparabilidade.

3.2. - Sobre os métodos e critérios de mensuração relevam-se os seguintes:

- a) Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição, que inclui o preço de compra acrescido das despesas diretas suportadas e necessárias até à sua entrada em funcionamento, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais imparidades existentes.
- b) Os ativos intangíveis adquiridos estão valorizados ao custo de aquisição em termos semelhantes aos ativos tangíveis.
- c) No cálculo da depreciação dos ativos tangíveis e intangíveis, é considerado um período de vida útil fixo definido de acordo com os critérios fiscais, sendo que o mesmo se adequa à depreciação real dos bens.
- d) No custeio dos serviços prestado é utilizado o custo de produção, que compreende os gastos de aquisição de materiais e serviços utilizados acrescidos dos gastos de transformação calculados com gastos/hora teóricos.

e) Na valorimetria, para efeitos do reconhecimento dos ganhos e gastos das obras em curso, utilizou-se o critério do grau de acabamento, da aplicação deste critério resultou ao reconhecimento no balanço dos seguintes ativos e passivos:

Na conta 281- Gastos diferidos, o valor de 101.391,60 euros, essencialmente relativo a projetos a realizar e seguros a considerar em anos seguintes.

Na conta 282 - Ganhos diferidos, o valor de 165.855,41 euros, essencialmente relativo a projetos faturados e ainda não realizados.

Na conta 2721 - Devedores por acréscimos, constante do balanço em outras contas a receber, o valor de 264.615,61 euros, relativos a ganhos com projetos realizados e não faturados.

Na conta 2722 - Credores por acréscimos de gastos, incluído no balanço na rubrica Outras contas a pagar, o valor de 290.930,27 euros, essencialmente relativos a remunerações e taxas de saneamento a liquidar.

f) Foram reconhecidos impostos diferidos ativos no montante de 138.658,90 euros, tendo por base uma estimativa de obtenção de lucro para os próximos anos.

g) Os valores em moeda estrangeira são contabilizados ao câmbio da data de aquisição e, quando aplicável, revalorizados ao câmbio corrente da data do balanço.

h) Os ativos relativos à cobertura pelos acionistas dos prejuízos reconhecidos no período de 2008 a 2010, estão calculadas de acordo com as regras do equilíbrio financeiro constantes do art.º 31º da lei 53-F/2006, enquanto que a cobertura de acionistas em 2013, foi determinada em conformidade com número 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto. No presente exercício e em conformidade com a legislação, constante na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, os resultados anuais previstos no seu número 2 do artigo 40º estão equilibrados, em virtude do Resultado Antes de Impostos se apresentar positivo.

i) O valor das imparidades em dívidas a receber, foram calculadas essencialmente segundo os critérios fiscais, os quais, sempre que justificável, são complementados pela aplicação de critérios da avaliação dos riscos de cobrança na ótica de gestão.

4 – Fluxos de caixa - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Rubrica	Montante
Caixa	1.560,26
Depósitos Bancários imediatamente mobilizáveis	550.732,86
Aplicações de Tesouraria	100.000,00
Total	652.293,12

Unidade: Euros

5 – Partes relacionadas:**5.1 – Relacionamentos com empresas-mãe**

A Municípa é detida diretamente em 59,22%, pela Câmara Municipal de Oeiras.

5.2 – Remunerações do pessoal chave da gestão

As senhas de presença, as despesas de representação e as remunerações da Administração e a remuneração do Diretor Geral, totalizam 220.620,66 euros.

Relativamente ao Fiscal Único o montante auferido foi de 7.800 euros.

5.3. – Transações entre partes relacionadas

Parte Relacionada	Natureza do Relacionamento	Valor das Transações	Saldos Pendentes a 31.12.2017
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	265.842,34	48.963,93

Unidade: Euro

6 – Ativos Intangíveis

Nos **Ativos Intangíveis** não se registou nenhum investimento no ano de 2017.

Ativos intangíveis	Valores Bruto						
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proj. desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de comp.	745.058,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	745.058,80
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	745.058,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	745.058,80
Ativos intang. Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant.p/conta Ativo Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euro

Ativos intangíveis	Amortizações				
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	745.058,80	0,00	0,00	0,00	745.058,80
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	745.058,80	00,00	0,00	0,00	745.058,80
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euro

Ativos Intangíveis	Imparidades					
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Saldo Final	Valor Líquido
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						0,00

Unidade: Euro

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

7 – Ativos Fixos Tangíveis

No **Ativo Fixo Tangível** registou-se um investimento de 271.323 euros, no ano de 2017. Deste investimento, 140.533 euros repartem-se essencialmente por equipamento básico e de transporte, necessários para projetos que estão a decorrer. O montante

remanescente (130.790 euros) integram o imobilizado em curso, relativo ao início do processo de aquisição e substituição de motores da aeronave.

Em termos de abates, foram por obsolescência retirados do imobilizado, material informático de 2005 e equipamento administrativo de 2008 totalizando 3.015,13 euros de valor de aquisição, mas sem valor contabilístico ou de mercado.

Foram alienados 43.531,52 euros de ativos, referentes a viaturas em estado de uso, relativas ao projeto de Cabo Verde que terminou.

Ativos Fixos Tangíveis	Valores Brutos							
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	389.467,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	1.198.292,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.292,09
Equipamento básico	2.155.711,66	41.503,66	0,00	0,00	0,00	-315,13	0,00	2.196.900,19
Equipamento de transporte	125.694,13	99.029,22	-43.531,52	0,00	0,00	0,00	0,00	181.191,83
Equipamento administrativo	123.447,89	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.700,00	0,00	120.747,89
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
Ativos fixos tangíveis	3.995.328,89	140.532,88	-43.531,52	0,00	0,00	-3.015,13	0,00	4.089.315,12
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	130.790,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.790,30
Adiant.p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Amortizações						Saldo Final
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ de fid.p venda	Abates	Transf.	
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	403.778,56	23.368,05	0,00	0,00	0,00	0,00	427.146,61
Equipamento básico	1.412.386,57	104.529,48	0,00	0,00	-315,13	0,00	1.516.600,92
Equipamento de transporte	34.016,87	35.212,92	-11.336,34	0,00	0,00	0,00	57.893,45
Equipamento administrativo	118.225,51	1.270,45	0,00	0,00	-2.700,00	0,00	116.795,96
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.106,38	567,68	0,00	0,00	0,00	0,00	2.674,06
Ativos fixos tangíveis	1.970.513,89	164.948,58	-11.336,34	0,00	-3.015,13	0,00	2.121.111,00
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Imparidades						Valor Líquido
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ de fid.p venda	Al. Revaloriz.	Saldo Final	
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	771.145,48
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	680.299,27
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.298,38
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.951,93
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41,67
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.968.204,12
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.790,30
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							2.098.994,42

Unidade: Euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3,

8 – Locações Financeiras

Locação financeira

BEM	LOCADOR	INÍCIO PRAZO	FIM PRAZO	VALOR CONTRATADO	VALOR ACUMULADO LIQUIDADO	VALOR EM DÉVIDA
Máquina Digital DMC	BES Leasing e Factoring	2009	2019	862.500,00	742.069,12	120.430,88

Unidade: euros

Valor de ativo registado

BEM	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÕES	VALOR ACUMULADO LÍQUIDO
Máquina Digital DMC	862.500,00	534.485,96	328.014,04

Unidade: euros

9 – Gasto de Empréstimos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2017, não se encontrava utilizado qualquer valor das contas correntes caucionadas, contudo da utilização das mesmas ao longo do ano e da assunção de compromissos de financiamento, foram gerados os seguintes encargos financeiros, para cada tipologia de financiamento:

Descrição	Montante
Juros da aquisição da DMC	4.272,63
Juros das contas correntes caucionadas	482,82

Unidade: Euros

10 – Gastos / reversões de depreciação e de amortização

O montante de 164.948,58 euros, diz respeito ao valor das amortizações geradas.

11 – Imparidade de Ativos e Reversões / Justo Valor

Descrição	Clientes
Saldo inicial a 01-01-2017	384.832,18
Reversão	-8.865,53
Utilizações	0,00
Imparidade do exercício	0,00
Saldo final a 31-12-2017	375.966,65

A reversão teve origem nos acordos e recebimentos alcançados.

12 – Rédito

No ano de 2017, o valor da prestação de serviços aos nossos clientes foi de 3.523.858 euros.

Neste valor estão incluídos 264.616 euros de serviços realizados e ainda não faturados e estão subtraídos 164.345 euros de serviços faturados e ainda não reconhecidos.

As prestações de serviços dos projetos em curso a 31 de dezembro de 2017, são reconhecidas no rédito com base no critério da percentagem de acabamento.

13 – Subsídios do Governo e apoios do Governo

A Município em 2017, beneficiou da transferência de subsídios no montante de 3.555 euros provenientes do acordo assinado entre a Comissão Europeia e GISIG –

Geographical Information Systems International Group Associazione, para o projeto "Open geo-data for innovative services and user applications towards Smart Cities". No entanto, para 2017 reconheceu-se o montante de 32.147,74 euros, atendendo ao grau de realização.

14 – Impostos sobre o rendimento

Prejuízos Fiscais por utilizar:

ANOS	MONTANTE	Matéria Coletável utilizada ou perdida			Saldo por utilizar
		2015	2016	2017	
2013	1.209.521,53	0,00	563,86	20.470,56	1.188.487,12
2014	44.355,02	0,00	0,00	0,00	44.355,02
2015	97.982,50	0,00	0,00	0,00	97.982,50
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.351.859,05	0,00	563,86	20.470,56	1.330.824,64

Unidade: Euros

Prejuízos fiscais dedutíveis nos próximos exercícios
Valores para estimativa de impostos diferidos:

ANOS	MONTANTE
2013	681.314,90
2016	-563,86
2017	-20.470,56
TOTAL	660.280,49

Unidade: Euros

Taxa de IRC + Derrama (21%): 138.658,90 euros



PEC - Pagamento Especial por Conta a utilizar em exercícios futuros:

ANOS	MONTANTE
2017	1.995,66
2016	7.426,70
2015	4.867,35
Total	14.289,71

Unidade: Euros

PEC perdidos no final de 2017: 0 euros

Prejuízos fiscais perdidos no final de 2017: 0 euros

Existem 1.330.824,64 euros de prejuízos fiscais, utilizáveis em resultados tributáveis nos próximos períodos, sendo que destes apenas estão considerados para base de cálculo de impostos diferidos 660.280,49 euros, a que corresponde de Impostos diferidos acumulados para próximos exercícios relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis: 138.658,90 euros. Para além disto, existem Pagamentos Especiais por Conta por utilizar em impostos futuros no montante de 14.289,71 euros, tendo-se perdido 0 euros.

Embora os prejuízos fiscais sejam dedutíveis em exercícios futuros, será pouco provável conseguir utilizá-los todos, dado o seu montante e o curto prazo em que podem ser deduzidos.

O imposto do exercício em resumo reparte-se da seguinte forma:

IR Estimado	MONTANTE
Coleta	1.491,43
Tributações Autónomas	11.214,18
Derrama	438,65
Impostos Diferidos	4.298,82
TOTAL	17.443,08

Unidade: Euros

16 - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

As cotações a 31.12.2017:

- Um dólar americano (USD) = 0,83470 euros;

O número médio de funcionários ao serviço da empresa em 31 de dezembro de 2017, foi de 34 pessoas.

Em 31.12.2017, não existiam dívidas em situação de mora ao Estado e outros Entes Públicos.

Arrendou-se a terceiros, aproximadamente 15% do espaço da Município, pelo valor mensal de 1.500 euros mais IVA nos primeiros cinco meses do ano, havendo depois uma atualização da renda para 1.510 euros a partir de junho inclusive, não tendo sido registado em propriedades de investimento, face ao valor residual do espaço.

A 31.12.2017 encontrava-se por liquidar por parte dos acionistas:

LEGAIS	Lei 53-F/2004 2008	Lei 53-F/2004 2009	Lei 53-F/2004 2010	Lei 53-F/2004 2011/12	Lei 50/2012 2013	Lei 50/2012 2014	Lei 50/2012 2015	Lei 50/2012 2014	Lei 50/2012 2017
Regra do Equilíbrio de Contas	17.061	57.498	63.102	0	130.335	0	-2.669	0	0

Unidade: Euros Unidade: Euros

De seguida detalham-se as rúbricas Outros Créditos a receber (Outras contas a receber) do Balanço, nos anos de 2016 e 2017:

Descrição	2016	2017
Pessoal-Adiantamento Pag. Pessoal	10.099,79	14.528,45
Acionistas-Emp. Grupo-Outras	266.914,39	265.326,65
Projetos Realizados a Faturar	505.252,30	264.615,61
Club M	0,00	8,00
ANEC	1.469,85	1.469,85
Nível	32.000,00	32.000,00
FGCT	8,49	11,31
MCV Integração movimentos	-156.707,99	-340.793,65
MCV transferências e pagamentos	156.708,00	340.793,59
MCV outros devedores e credores	58.066,38	1.031,87
Outros devedores e credores	0,00	24.090,00
Tarefeiros	0,00	70,18
Total	873.811,21	603.151,86

Os créditos relativos aos acionistas no montante de 265.326,65 euros, que estão devidamente detalhados na página 53 e seguintes deste relatório, foram incluídos na rubrica de outros créditos a receber, de acordo com os ajustamentos introduzidos no SNC pela Portaria 2018/2015 de 30 de julho.

17- Informações complementares:

A Administração não tem projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações da mesma.

A Administração não tem indícios de que existam rendimentos ou gastos, ativos ou passivos cujo Justo Valor ou valor dos benefícios económicos futuros atualizado, seja diferente do valor contabilístico presente nestas nem que exista Imparidade de ativos, para além dos relatados nas demonstrações financeiras.

A empresa não tem nenhum litígio ou conflito esperado com qualquer entidade, com impacto nas contas apresentadas.

Oeiras, 10 de janeiro de 2018

O Contabilista Certificado
n.º 61.236

Dr. Pedro Nunes

O Conselho de Administração,

Dr. Fernando do Nascimento Trigo – Presidente

Dr. João Pedro Brito da Silva – Administrador

AE 3

**RELATÓRIO E PARECER
DO
CONSELHO FISCAL E CLC**

[Empty rectangular box]

Relatório e parecer do fiscal único

Senhores Accionistas,

1- Nos termos legais e na qualidade de fiscal único de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, submetemos à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa actividade bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

2 - Acompanhamos com regularidade as actividades desenvolvidas pela empresa e efectuamos as análises e as verificações necessárias ao exercício das funções que nos estão cometidas, recorrendo-se para o efeito às informações de gestão e aos esclarecimentos prestados pela Administração e seus colaboradores, de quem obtivemos o apoio considerado necessário.

3- O relatório de gestão satisfaz os preceitos legais e regulamentares e reflecte de forma detalhada as actividades desenvolvidas durante o exercício de 2017

4 - Relativamente às demonstrações financeiras que nos foram apresentadas, releva-se o seguinte :

- Estão elaboradas em conformidade com o sistema normalização contabilística (SNC) e restante legislação e normativos aplicáveis.
- Os critérios e métodos de valorimetria são consistentes, satisfazem os adequados preceitos técnicos e legais e adequam-se às características da actividade empresa.

5 - Do exposto anteriormente e tomando em consideração a certificação legal das contas, é nosso parecer que o relatório de gestão e as contas de 2017 reflectem adequadamente as actividades desenvolvidas e a situação económica e financeira de MUNICÍPIA, EM,SA, e, nessa conformidade propomos a V. Exas., que aproveis :

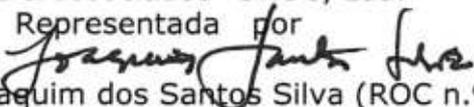
- O relatório de gestão e contas de 2017.
- A proposta de aplicação de resultados que integra o relatório de gestão.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2018

O Fiscal Único

Diz & associados- SROC, Lda.

Representada por


Joaquim dos Santos Silva (ROC n.º 383)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras de **MUNICÍPIA**, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2017 que evidencia um total de 4 507 158 euros e um total de capital próprio de 3 336 855 euros, incluindo um resultado de exercício positivo de 9 920 euros, as Demonstrações de resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais a posição financeira de **MUNICÍPIA**, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isolada ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte duma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a

razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos e condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe alguma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades.
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa do controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

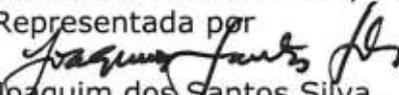
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante relacionada com as demonstrações financeiras auditadas é concordante com as mesmas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorrecções materiais.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2018

Diz & associados- SROC, Lda

Representada por


Joaquim dos Santos Silva,

ROC n.º 383